



Prof. Marco Pádua

RESTAURO

Alem de construir, preservar
Alem de preservar, manter a Historia

A primeira iniciativa na intenção de verificar as condições de uso dos prédios públicos, a partir daí tratados de monumentos históricos, surgiu na França. Até então as intervenções eram esporádicas e sem nenhum critério. Era pratica na época também, o desmonte desses edifícios para reparação de outros.

Como é comum em todo inicio de alguma pratica, onde há um envolvimento coletivo, varias correntes de pensamentos são lançadas. Quase sempre são antagônicas, contraditórias, até que haja conceitos suficientes para uma vertente moderada e capaz de satisfazer a maioria. Porem a polemica sempre existirá e seus adeptos.

Em 1.830 o Sr. Vitet foi nomeado Inspetor Geral dos Monumentos Históricos e traçou um perfil desses edifícios usando um olhar critico e de analise, lançando luz em sua historia. Foi o ponto de partida para uma nova filosofia onde muitos adentraram.

Ficou no cargo até 1.835 quando assumiu seu lugar o Sr. Mérimée.

O pequeno texto selecionado refere-se a um dos precursores desta atividade da Arquitetura onde demonstra e defende suas idéias e ações por ele concretizadas.

Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc

RESTAURAÇÃO: A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo. É restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.

(...) Foi somente a partir do segundo quartel de nosso século (sec. XIX) que se pretendeu restaurar edifícios de outra época sem que se tivesse definido precisamente a restauração arquitetônica. É talvez oportuno fazer um relato exato daquilo que se entende ou daquilo que se deve entender por uma restauração, pois parece que numerosos equívocos passaram a permear o sentido que atribuímos ou que devemos atribuir a essa operação.

Dissemos que a palavra e o assunto são modernos e, com efeito, nenhuma civilização, nenhum povo, em tempos passados, teve a intenção de fazer restaurações como nós as compreendemos hoje.

Na Ásia, tanto outrora como hoje, quando um templo ou um palácio sofria as degradações do tempo, erguia-se ou ergue-se outro ao lado. Não se destrói para tanto o antigo edifício; ele é abandonado à ação dos séculos, que dele se apoderam como se fosse uma coisa que lhes pertencesse, para corroê-la pouco a pouco. Os romanos restituíam, mas não restauravam, e a prova é que o latim não tem palavra que corresponda à nossa palavra restauração, segundo o significado que a ela damos hoje. Instaurare, reficere, renovare não querem dizer restaurar, mas restabelecer, reedificar. Quando o imperador Adriano quis tornar em bom estado vários monumentos da Grécia antiga ou da Ásia Menor procedeu de tal modo que sublevaria contra si, hoje, todas as sociedades arqueológicas da Europa, mesmo tendo ele pretensões aos conhecimentos do antiquário. Não se pode considerar o restabelecimento do templo do Sol em Baalbek, como uma restauração, mas como uma reconstrução, segundo o modo admitido no momento em que essa reconstrução ocorreu. Os próprios Ptolomeus, que ostentavam arcaísmo, não respeitavam de modo algum as formas dos monumentos das velhas dinastias do Egito, mas os restituíam conforme o modo de seu tempo. Quanto aos gregos, longe de restaurar, isto é, reproduzir exatamente as formas dos edifícios que haviam sofrido degradações, acreditava evidentemente acertar ao dar o cunho do momento a esses trabalhos que se tomaram necessários. Erguer um arco do triunfo como o de Constantino, em Roma, com os fragmentos arrancados do arco de Trajano, não é restauração, tampouco reconstrução, é um ato de vandalismo, uma pilhagem de bárbaros.

Cobrir de estuques a arquitetura do templo da Fortuna viril, em Roma, tampouco é aquilo que se pode considerar como uma restauração; é uma mutilação e deve-se reconhecer que o gosto pelas restaurações, senão arcaicas, ao menos consideradas como renovação dos edifícios, se manifestam, desde sempre, ao se findarem os períodos de civilização nas sociedades. Restauravam-se, ou melhor, dizendo, reparavam-se os monumentos antigos da Grécia quando se extinguia o gênio grego sob a mão pesada de Roma. O próprio império empenhou-se em restaurar os templos no momento em que a igreja ia substituí-lo, e entre nós, foi com uma espécie de pressa que se recuperou que se repararam e que se acabaram muitas igrejas católicas às vésperas da Reforma.

Mas, aliás, a Idade Média não possuía mais do que a Antigüidade a percepção das restaurações como nós as compreendemos hoje; longe disso. Se fosse necessário, em um edifício do século XII, substituir um capitel quebrado, era um capitel do século XIII, XIV ou XV que se colocava em seu lugar. Se em um longo friso de folhas montantes do século XIII, um pedaço, somente um, viesse a faltar, era um ornamento conforme ao gosto do momento que era incrustado. Por isso, aconteceram várias vezes, antes que o estudo atento dos estilos fosse levado às suas últimas conseqüências, de se considerar essas modificações como extravagâncias e de se atribuir uma data falsa a fragmentos que deveriam ter sido considerados como interpolações em um texto.

Poder-se-ia dizer que existe tanto perigo em restaurar reproduzindo-se em fac-símile tudo aquilo que se encontra num edifício, quanto em se ter a pretensão de substituir por formas posteriores aquelas que deveriam existir primitivamente. No primeiro caso, a boa fé, a sinceridade do artista pode produzir os mais graves erros, consagrando, por assim dizer, uma interpolação; no segundo, a substituição de uma forma primitiva por uma forma existente, reconhecida como posterior, faz igualmente desaparecer os traços de uma reparação cujo conhecimento da causa teria, talvez, permitido constatar a presença de uma disposição excepcional. (...)

(...) Mas o que dizer desses fanáticos, pesquisadores de alguns tesouros, que não permitem que se mexa num solo que eles negligenciaram, considerando o passado como uma matéria a ser explorada através de um monopólio, e declarando em alto e bom som que a humanidade só produziu obras boas de coligir em certos períodos históricos por eles delimitados; que pretendem arrancar capítulos inteiros da história dos trabalhos humanos; que se erigem como os censores da classe dos arqueólogos, dizendo-lhes: "Tal veio é nocivo, não o escavem: se vocês o revelarem, nós os denunciaremos a seus contemporâneos como corruptores!" Assim eram chamados, há poucos anos, os homens que passavam sua vigília descortinando as artes, os costumes, a literatura da Idade Média.

Se esses fanáticos diminuíram em número, aqueles que persistem são ainda mais passionais em seus ataques, e adotaram uma tática bastante hábil para impô-la às pessoas pouco dispostas a ver a fundo as coisas. Raciocinam assim: "Vocês estudam e pretendem fazer com que conheçamos as artes da Idade Média, assim querem nos fazer retomar a Idade Média e excluem o estudo da antiguidade; se cedermos haverá masmorras em cada calabouço e uma sala de torturas ao lado da sexta câmara. Vocês nos falam dos trabalhos dos monges, querem, pois nos reconduzir ao regime dos monges, ao dízimo; fazer-nos recair em um ascetismo enervante. Vocês nos falam dos castelos feudais, então não gostam dos princípios de 89, e se nós os escutarmos, as corvéias serão restabelecidas. O que há de agradável é que esses fanáticos (mantemos a palavra) nos atribuem o epíteto exclusivo, porque, provavelmente, não excluimos o estudo das artes da Idade Média e nos permitimos recomendá-la.

Talvez nos perguntem que relações essas querelas podem ter com o título desse artigo, e nós iremos fazê-lo. Os arquitetos, na França, não se apuram. Já por volta do fim do primeiro quarto desse século, os estudos literários sobre a Idade Média se tinham tornado sério, e os arquitetos ainda viam nas abóbadas góticas apenas a imitação das florestas da Germânia (era uma frase consagrada) e na ogiva, apenas uma arte doente. O arco ogival eqüilátero é segmentado, portanto é doente, e isso é categórico. As igrejas da Idade Média, devastadas durante a Revolução, abandonadas, enegrecidas pelo tempo, apodrecidas pela umidade, apresentavam somente a aparência de grandes caixões vazios. Daí as frases fúnebres de Kotzebue, repetidas depois dele! Os interiores dos edifícios góticos inspiravam apenas a tristeza (isso é fácil de crer dado o estado a que foram reduzidos). As flechas diáfanas destacando-se na bruma provocavam frases românticas; descreviam-se os rendilhados de pedra, as agulhas erigidas sobre os contrafortes, as elegantes colunetas agrupadas para sustentar as abóbadas de altura espantosa. (...)

(...) Antes de tudo, antes de ser arqueólogo, o arquiteto encarregado de uma restauração deve ser um construtor hábil e experimentado, não somente do ponto de vista geral, mas do ponto de vista particular; isto é, deve conhecer os procedimentos de construção admitidos nas diferentes épocas de nossa arte e nas diversas escolas. Esses procedimentos de construção têm um valor relativo e nem todos são igualmente bons. Alguns tiveram até mesmo de ser abandonados porque eram defeituosos. Assim, por exemplo, tal edifício construído no século XII e não tinha calhas sob o escoamento dos telhados, teve de ser restaurado no século XIII e munido de calhas com esgotamento combinado. Estando todo o coroamento em mau estado, é preciso refazê-lo por inteiro. Suprimir-se-ão as telhas do século XIII para restabelecer a antiga cornija do século XII, da qual se encontrariam, ademais, os elementos? Claro que não; deve-se restabelecer a cornija com calha do século XIII, conservando-lhe a forma dessa época uma vez que não se poderia encontrar uma cornija com calha do século XII, e que estabelecer uma imaginária, com a pretensão de dar a ela o caráter da arquitetura daquela época, seria fazer um anacronismo de pedra. Outro exemplo: as abóbadas de uma nave do século XII, por consequência de um acidente qualquer, foram parcialmente destruídas e refeitas mais tarde, não com sua forma primeira, mas de acordo com o modo então admitido. Essas últimas abóbadas, por sua vez, ameaçam ruir; é preciso reconstruí-las. É preciso restabelecê-las em sua forma posterior, ou restabelecer as abóbadas primitivas? Sim, pois não há nenhuma vantagem em se fazer de outro modo, e há que se considerar restituir ao edifício a sua unidade. Não se trata aqui, como no caso precedente, de conservar uma melhoria acrescentada a um sistema defeituoso, mas de considerar que a restauração posterior foi feita sem crítica, seguindo o método aplicado até nosso século, e que consistia, em toda reconstrução ou restauração de um edifício, em adotar as formas admitidas no tempo presente; nós procedemos segundo um princípio oposto, que consiste em restaurar cada edifício no estilo que lhe é próprio.

Mas essas abóbadas, de caráter alheio as primeiras e que devem ser reconstruídas, são notavelmente belas. Possibilitaram a criação de janelas guarnecidas de belos vitrais, e foram combinadas de modo a se ordenar com todo um sistema de construção exterior de grande valor. Destruir-se-á tudo isso para se ter a satisfação de restabelecer a nave primitiva em sua pureza? Guardar-se-ão essas janelas em um depósito? Deixar-se-ão, sem razão de ser, os contrafortes e os arcobotantes exteriores que não teriam nada mais a sustentar? Não, claro. Vê-se, pois, que os princípios absolutos nessas matérias podem conduzir ao absurdo.

Trata-se de substituir partes de pilares isolados de uma sala, os quais foram danificados sob a carga, pois os materiais empregados são frágeis demais e as fiadas delgadas demais. Em várias épocas, alguns desses pilares foram recuperados, e a eles foram dadas secções que não são de modo algum aquelas traçadas primitivamente. Deveremos, ao refazer esses pilares em estado novo, copiar essas secções alteradas e manter as alturas das fiadas antigas, que são frágeis demais? Não; reproduziremos para todos os pilares a secção primitiva, e os elevaremos em grandes blocos para prevenir o retorno dos acidentes que são a causa de nossa operação. Mas alguns desses pilares tiveram sua secção modificada em consequência de um projeto de mudança que se quis fazer no monumento; mudança que, do ponto de vista do progresso da arte, é de suma importância, assim como ocorreu, por exemplo, na Notre-Dame de Paris no século XIV. Ao substituir as suas partes, destruiremos esse traço tão interessante de um projeto que não foi inteiramente executado, mas que denota as tendências de uma escola? Não; nós os reproduziremos em sua forma modificada, pois essas modificações podem esclarecer um ponto da historiada arte. Em um edifício do século XIII, cujo escoamento das águas se fazia por lacrimais como na catedral de Chartres, por exemplo, achou-se que se devia, para melhor regular esse escoamento, acrescentar, durante o século, gárgulas aos canais. Essas gárgulas estão em mau estado, é necessário substituí-las. Colocaremos em seu lugar, sob o pretexto de unidade, gárgulas do século XIII? Não; pois destruiríamos assim os traços de uma disposição primitiva interessante. Insistiremos, ao contrário, na restauração posterior, mantendo seu estilo.

Entre os contrafortes de uma nave, foram acrescentadas, extemporaneamente, capelas. As paredes sob as janelas dessas capelas e os pés-direitos das aberturas não se unem de forma alguma com os contrafortes mais antigos e bem denotam que essas construções foram acrescentadas posteriormente. É necessário reconstruir os paramentos exteriores desses contrafortes que foram corroídos pelo tempo e as partes superiores as aberturas das capelas. Deveremos unir essas duas construções de épocas diferentes que, ao mesmo tempo, restauramos? Não; conservaremos cuidadosamente o aparelhamento distinto as duas partes, as descontinuidades, a fim de poder sempre reconhecer que as capelas foram acrescentadas posteriormente entre os contrafortes.

Do mesmo modo, nas partes escondidas dos edifícios, deveremos respeitar escrupulosamente todos os traços que podem servir para constatar as adjunções, as modificações das disposições primitivas. (...)